

OUTUBRO 2023

55ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA



FOTO: EFE/Antonio Lacerda

Como Witzel, STF e Lula ajudaram a piorar a crise de violência no Rio de Janeiro

“Podemos chegar a uma 3ª guerra mundial”, diz ex-soldado de Israel

Filipe Figueiredo: na Argentina, Milei engoliu a direita de Macri

Índice

Editorial: O veto de Lula ao marco temporal e a insegurança no campo 03

Deltan Dallagnol: Vergonha mundial: impunidade e decisão de Toffoli preocupam OCDE 09

Filipe Figueiredo: Na Argentina, Milei engoliu a direita de Macri 23

Como Witzel, STF e Lula ajudaram a piorar a crise de violência no Rio de Janeiro 33

Declaração de Westminster: manifesto contra a censura cita atuação do STF no Brasil 49

“Podemos chegar a uma 3ª guerra mundial”, diz ex-soldado das Forças de Defesa de Israel 58

Beatificação de Carlo Acutis é tema de dois filmes disponíveis no Brasil 76



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



Vetos geraram novo desgaste com o Congresso Nacional. | Foto: Ricardo Stuckert/Presidência da República

EDITORIAL

O veto de Lula ao marco temporal e a insegurança no campo

Se a bancada ligada à agropecuária votar unida, como promete fazer, tem número mais que suficiente para derrubar o recente veto do

presidente Lula a trechos da lei que regulamenta o marco temporal para demarcação de terras indígenas. O Congresso havia reagido a uma decisão do Supremo Tribunal Federal que, além de usurpar (mais uma vez) prerrogativas do Legislativo, reverteu a própria jurisprudência, abolindo a data de 5 de outubro de 1988 como chave para a resolução de conflitos envolvendo a posse de terras reivindicadas por povos indígenas. Um projeto de lei aprovado pelos parlamentares no mesmo dia em que o STF publicava sua tese sobre o tema tornava explícito aquilo que a Constituição já afirmava, ainda que de modo implícito, pelo uso do presente do indicativo no caput de seu artigo 231: que “são reconhecidos aos índios (...) os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.

Não havia nada de absurdo, nem de inconstitucional no projeto aprovado pelo Congresso. Além de deixar mais evidente a intenção do constituinte ao explicitar na lei a data de 5 de outubro de 1988, o texto não deixava de reconhecer a possibilidade de indígenas terem perdido de forma criminosa, antes dessa data, terras que eram suas por direito: de acordo com o projeto, o marco não seria aplicado em caso de “efetivo conflito possessório, iniciado no passado e persistente até o marco demarcatório temporal da data de promulgação da Constituição Federal, materializado por circunstâncias de fato ou por controvérsia possessória judicializada”.

E Lula não se contentou apenas em vetar o coração do projeto. Ele foi além, impedindo ainda o pagamento de indenizações a quem

tivesse ocupado de boa-fé terras que eram indígenas – algo que nem mesmo o STF teve a ousadia de prever, embora houvesse ministros adeptos do confisco – e a possibilidade de construção de rodovias nas áreas indígenas, algo que a deputada Silvia Waiãpi (PL-AP) criticou por representar uma “condenação ao isolamento” de várias comunidades indígenas, dificultando seu acesso a serviços de saúde e educação.

Podemos afirmar que o veto presidencial é uma mistura de retaliação ao agronegócio e endosso a concepções antropológicas que fazem das reservas indígenas “zoológicos humanos”, negando aos povos originários o direito de se integrarem à sociedade se assim o desejarem, como se tivessem de ser mantidos eternamente na situação em que vivem.

Ao comentar os vetos na rede social X (o antigo Twitter), Lula teve a cara-de-pau de falar em “segurança jurídica”. Pois segurança é a última coisa que seu veto proporcionou no campo. A combinação entre a decisão do Supremo e o veto presidencial já deu início a conflitos. Terras produtivas, cujos proprietários afirmam ter documentação farta para comprovar a posse, foram invadidas no Paraná, e os índios recusando propostas de conciliação. Outras invasões foram evitadas apenas graças à mobilização rápida de fazendeiros e forças de segurança. Também no Paraná, há reivindicações de terras que podem comprometer 15% do território de um município, ou 20% das terras cultivadas de outro município cuja economia depende da agropecuária.

O STF e Lula deram um sinal verde para uma espécie de “vale-tudo” no campo. A análise dos vetos pelo Congresso, que poderia acontecer ainda nesta semana, como desejava a Frente Parlamentar da Agropecuária, deve ficar para novembro. Independentemente de quando ocorrer, fato é que a derrubada dos vetos restauraria a segurança jurídica no campo. Mas a bancada precisa ter em mente que esta restauração ainda será temporária, pois, mesmo que os vetos sejam derrubados e o marco temporal seja restabelecido na lei, a esquerda levará o caso ao Supremo, e não há nenhuma garantia de que o raio do ativismo judicial não cairá pela segunda vez no mesmo lugar.



[Voltar ao índice](#)



A decisão de Toffoli que anulou as provas do acordo da Odebrecht é o ponto central de todo o relatório da OCDE | Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

OPINIÃO

Deltan Dallagnol

Vergonha mundial: impunidade e decisão de Toffoli preocupam OCDE

O Grupo de Trabalho Antissuborno da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a qual é

conhecida também como “clube dos países ricos”, divulgou um relatório que envergonha o Brasil perante a comunidade internacional e pode dificultar o ingresso do Brasil nesse clube, o que poderia trazer grandes benefícios ao país e era uma das prioridades do último governo. Destacarei três pontos do extenso relatório de 117 páginas que pode ser lido na íntegra aqui.

Primeiro, a OCDE concluiu que o Brasil falhou no combate à corrupção ao fomentar um clima de impunidade, em que não há punição efetiva nos grandes casos de suborno internacional e de corrupção revelados e comprovados pela Lava Jato, além de outras grandes operações. Todos já sabiam disso por aqui, mas agora a força e a resiliência da corrupção brasileira são expostas para o mundo. É constrangedor.

A OCDE repetiu uma das nossas maiores críticas ao STF, ao afirmar que a decisão do Supremo de 2019 que proibiu a prisão em segunda instância é um dos principais motivos da impunidade brasileira. Para a OCDE, a prisão apenas após o trânsito em julgado, “combinado com as regras de prescrição no Brasil, cria um risco de gerar impunidade na prática para a corrupção internacional”.

O exemplo trazido pela OCDE foi o famoso caso dos executivos da Embraer, condenados pelo pagamento de mais de 3,5 milhões de dólares em propinas em negociações para a venda de aeronaves para a Força Aérea da República Dominicana. Os executivos foram acusados dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro em 2014.



Todos já sabiam disso por aqui, mas agora a força e a resiliência da corrupção brasileira são expostas para o mundo. É constrangedor

Apesar de terem sido condenados em 2018, quase dez anos depois, os executivos apresentaram recurso atrás de recurso e o processo nunca transitou em julgado, o que causou a prescrição dos crimes em 2022 para 8 entre 9 dos condenados. Ou seja: apesar de terem sido condenados, 88% dos acusados escaparam sem punição em razão do insano sistema prescricional brasileiro - algo que já apontávamos quando propusemos as 10 medidas contra a corrupção, que poderiam corrigir esse problema, mas foram destruídas pelo Congresso.

A conclusão da OCDE espelha a estatística cruel de que 97% dos casos de corrupção e de colarinho branco não são punidos no Brasil. No STF essa realidade talvez seja até pior, afinal, em toda a Lava Jato, apenas dois políticos dentre as dezenas daqueles que tinham foro privilegiado, os ex-deputados Nelson Meurer e Aníbal Gomes, foram condenados pelo tribunal. Enquanto isso, mais de 174 pessoas foram condenadas em Curitiba nos esquemas que, todos sabem, eram comandados por caciques de Brasília que seguem impunes.

O segundo ponto que gostaria de destacar é que a OCDE atestou o que sempre dizemos: a independência efetiva dos agentes da lei para combater a corrupção está em cheque no Brasil. Por aqui, os corruptos buscam não só impunidade dos crimes passados, mas retaliar

os agentes da lei que os investigaram e assegurar sua impunidade para os crimes futuros.

De fato, a OCDE apontou “sérias preocupações com um efeito inibidor (chilling effect) decorrente da combinação entre a ampliação da Lei de Abuso de Autoridade e recentes ações disciplinares – ou mesmo cíveis e criminais – contra procuradores atuando em casos importantes de corrupção”.

Nesse particular, a OCDE faz referência direta à decisão ilegal do TCU que me condenou a devolver mais de 2,8 milhões de reais em razão dos custos operacionais da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba: “Tanto a comissão de investigação técnica quanto o Ministério Público junto ao TCU concluíram que nenhuma

irregularidade ocorreu. Apesar desses relatos, o Plenário do TCU [ministros indicados politicamente] condenou todos os três procuradores”.

Outro caso lembrado pela OCDE foi a punição de procuradores da força-tarefa da Lava Jato do Rio de Janeiro pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em razão da divulgação de uma denúncia contra políticos do MDB. Sem que nada de grave tivesse ocorrido, procuradores com carreiras exemplares foram submetidos a rigorosas punições por um órgão com forte ingerência política.

Durante as visitas ao Brasil, procuradores confirmaram aos examinadores da OCDE sua percepção de que as punições foram uma forma de retaliação pelo trabalho contra a corrupção.

Representantes da sociedade civil também expressaram a mesma preocupação com a necessidade de proteger a independência de procuradores que atuam em grandes casos de corrupção de quaisquer interferências.

O terceiro ponto que destacarei é o mais importante do relatório: a análise extremamente crítica da OCDE da esdrúxula decisão do ministro Dias Toffoli de anular as provas do acordo de leniência da Odebrecht, as quais apontam a corrupção de centenas de políticos brasileiros. A decisão foi vista com assombro e preocupação pela OCDE. Aliás, o relatório da OCDE já estava pronto para publicação quando a decisão do STF veio à tona e, diante de sua gravidade, os examinadores decidiram reabrir o relatório.

Com efeito, a decisão de Toffoli que anulou as provas do acordo da Odebrecht é o ponto central de todo o relatório da OCDE e é mencionada diversas vezes ao longo do texto. A decisão consta como preocupação e recomendação nº 1 dos examinadores na lista de questões que serão acompanhadas com atenção pela OCDE nos próximos anos.

Segundo o relatório, a OCDE está preocupada com as consequências da decisão de Toffoli, especialmente sobre os demais “acordos de leniência do Brasil nas questões antissuborno, em particular em que extensão isso vai afetar a habilidade do Brasil de prover e obter assistência mútua em casos de suborno internacional”.

A preocupação da OCDE não é para menos, já que o relatório elogia e destaca o trabalho realizado pela operação Lava Jato como o momento de maior eficiência no combate à corrupção do Brasil em vários anos, especialmente em relação ao caso Odebrecht. A OCDE lembra que o acordo de leniência da Odebrecht, firmado simultaneamente com Estados Unidos e Suíça, foi reconhecido na época como “o maior caso de suborno internacional da história”.

A Odebrecht admitiu ter pago mais de 788 milhões de dólares em subornos para agentes públicos, políticos, partidos políticos e candidatos no Brasil e outros 11 países, da América Latina à África. No Brasil, os acordos firmados pela Odebrecht com o MPF, AGU e CGU

renderam cerca de 2,5 bilhões de dólares aos cofres públicos, mais de 10 bilhões de reais.

A decisão do ministro preocupou os examinadores da OCDE não só porque pôs em xeque a efetividade e a segurança jurídica dos acordos de leniência firmados no Brasil, em especial os da Odebrecht, como também porque pode impedir que o Brasil coopere internacionalmente com outros países para investigar e punir a corrupção, o que é uma obrigação dos países signatários da Convenção Antissuborno. Isso porque Dias Toffoli tratou como se fossem ilegais as tratativas diretas e contatos informais entre procuradores brasileiros e autoridades estrangeiras, quando são legais.

Ao contrário do que decidiu o ministro, a OCDE avaliou de maneira positiva que “todas as autoridades competentes, incluindo CGU, o MPF e a PF, promoveram laços e contatos informais, através do envolvimento com suas contrapartes estrangeiras, bem como da participação em iniciativas regionais ou outras redes de agentes da lei”. Para coroar, a OCDE também afirmou que “desenvolver e manter esses laços e essa cooperação informal é reconhecido como uma boa prática, crucial e internacionalmente aceita”.

Assim, a OCDE põe o último prego do caixão das críticas que se avolumaram na imprensa contra a absurda decisão do ministro Dias Toffoli. Expõe como uma ferida aberta o fato de que a decisão do ministro não teve como base a lei. Mostra que a falsa preocupação do ministro

com a regularidade da cooperação internacional era apenas um pretexto para anular as provas, já que a conduta da Lava Jato foi regular.

Decisões como a de Toffoli causam efeitos reais na imagem, credibilidade e capacidade de atuação do Brasil. Um exemplo disso é a informação trazida no relatório de que os países-membros da OCDE relataram “maior dificuldade para cooperações internacionais com o Brasil” após a Lava Jato, além de excessiva demora na obtenção de autorizações judiciais para compartilhamento de dados.

O que se constata é que passamos de um padrão ouro de combate à corrupção, aplicado durante a Lava Jato e que satisfazia os critérios da Convenção e da própria OCDE, para um padrão lixo, um padrão impunidade. A decisão de

Toffoli é uma das decisões de Brasília responsáveis por essa mudança. Passamos a ser um país mal-visto pela comunidade internacional e em que não se pode mais confiar quando o tema é cooperação internacional. Parabéns, Toffoli.



Autor: Deltan Dallagnol é mestre em Direito pela Harvard Law School e foi o deputado federal mais votado do Paraná em 2022. Trabalhou como procurador por 18 anos, atuando em várias operações no combate a crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. Foi coordenador da operação Lava Jato em Curitiba. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Javier Milei e Sergio Massa vão disputar o 2º turno na Argentina. | Foto: Juan Ignacio Roncoroni/EFE e Enrique García Medina/EFE

OPINIÃO

Filipe Figueiredo

Na Argentina, Milei engoliu a direita de Macri

No último dia 22 de outubro de 2023, os eleitores argentinos foram às urnas para eleger seu novo presidente e parte do Congresso

Nacional. Também ocorreram quatro eleições regionais, sendo duas delas importantes. Como a maioria dos nossos leitores sabe, as eleições presidenciais irão ao segundo turno. Mas vamos olhar outros resultados também, além do, talvez, aspecto mais infeliz desse pleito.

Antes de qualquer comentário sobre as eleições, é importante frisar que o maior derrotado do pleito é o atual presidente Alberto Fernández. Em 2019, sua chapa peronista de esquerda Frente de Todos, com a ex-presidente Cristina Kirchner como vice, foi eleita no primeiro turno. O voto foi visto como um desagravo às políticas econômicas do então presidente Mauricio Macri, especialmente o acordo com o FMI.

Na ocasião, Macri, candidato da direita liberal Juntos por el Cambio, se tornou o primeiro presidente em exercício na história da Argentina a ser derrotado na reeleição. Em 2023, Fernández conseguiu algo ainda pior. O presidente sequer disputou a eleição, sabendo que, hoje, não seria eleito nem para síndico do condomínio e tampouco teria o apoio de Kirchner, com quem rompeu durante o mandato.

Corrida presidencial

O candidato do peronismo foi Sergio Massa, que já havia sido candidato em 2015, pelo seu partido Unidos por una Nueva Alternativa. Massa não é um peronista kirchnerista; é dos setores de centro e centro-direita dentro do peronismo, um fenômeno próprio e

multifacetado argentino. Ele também é o ministro da Economia, com uma inflação galopante de 150%, algo não muito sedutor para o eleitorado.

Contra o candidato governista disputaram Patricia Bullrich, da direita liberal Juntos por el Cambio, Javier Milei, candidato de direita populista que se intitula “libertário”, da coalizão La Libertad Avanza, Juan Schiaretti, do Peronismo anti-Kirchner e Myriam Bregman, de esquerda radical do Partido dos Trabalhadores Socialistas. No dia 13 de agosto, foram realizadas as Primárias Abertas Simultâneas e Obrigatórias, PASO.

Nessa excentricidade argentina, a principal notícia foi o início da euforia de parte do eleitorado em torno de Javier Milei, que venceu

as primárias com 30% dos votos. A ocasião também consagrou Massa e Bullrich como candidatos. Naquele momento, todas as apostas estavam em Bullrich, mas, depois de agressiva campanha de Milei, Bullrich e o Macrismo perderam bastante força.

Massa terminou o primeiro turno com 36,6% dos votos, com Milei em segundo, com 29,9%. Os dois candidatos disputarão o segundo turno. Algum leitor pode estranhar Milei ter ficado proporcionalmente com menos votos do que nas primárias. Além do voto naquela ocasião não valer absolutamente nada (facilitando votos de protesto), quando se olha para os números absolutos, os números de Milei cresceram.

Bullrich ficou com 23,8% dos votos, Schiaretti com 6,7% e Bregman com 2,7%. O segundo

turno ocorre em menos de um mês, no dia 19 de novembro. Muito provavelmente, os votos de Bregman e de Schiaretti irão para Massa, nem que seja como um voto “anti-Milei”. Restam duas grandes incógnitas. A primeira é qual o tamanho da fatia do eleitorado de Bullrich que cada candidato vai abocanhar no segundo turno.

A segunda é como o debate político argentino vai se comportar. Milei vai bater no desempenho econômico do ministro Massa, enquanto o presidenciável Massa vai bater na tecla de que Milei é um aventureiro e uma incógnita. Haverá a mesma “polarização” que ocorreu no Brasil, usando o batido termo da moda? Ou eleitores estarão dispostos a mudar de campo no frigidar dos ovos?

Legislativo e Buenos Aires

Nas eleições legislativas, a direita de Milei simplesmente engoliu a direita de Macri. Estavam em jogo 130 das 257 cadeiras na Câmara dos Deputados e 24 dos 72 assentos no Senado. No Senado, 12 cadeiras foram a chapa governista, oito para o La Libertad Avanza, duas para o Juntos por el Cambio e duas para candidatos independentes. Os governistas cresceram em duas cadeiras, que vieram dos peronistas anti-Kirchner.

Já a chapa de Milei realiza sua estreia no Senado, conquistando suas cadeiras à custa dos Macristas. Já na Câmara, os governistas ficaram com 58 assentos, perdendo dez, enquanto o Juntos por el Cambio ficou com 31, perdendo alarmantes 25 cadeiras. Enquanto isso, o La

Libertad Avanza elegeu 36 integrantes. Ou seja, mesmo que Milei não seja eleito presidente, seu partido será uma força política razoável no Congresso.

Também foram realizadas quatro eleições regionais, para as províncias de Buenos Aires, de Catamarca e de Entre Ríos, além da Cidade Autônoma de Buenos Aires, a CABA. As duas eleições de Buenos Aires, da província e da CABA, são consideradas das mais importantes do país. A província é a maior da federação argentina, cobrindo cerca de 11% da área total do país.

Principalmente, é onde vivem 17,5 milhões de pessoas, algo como 38% da população de todo o país. O atual governador Axel Kicillof venceu no primeiro turno, com 44,8% dos votos. Como o

segundo colocado, Néstor Grindetti, ficou com 26,6% dos votos, a diferença de mais de dez pontos percentuais significa uma vitória no primeiro turno pelas regras argentinas. Kicillof é um economista aliado de Kirchner e possível “futuro” do Kirchnerismo.

Já na CABA, algo como o “distrito federal” da Argentina, Jorge Macri ficou em primeiro. Por apenas seis mil votos, o primo do ex-presidente não venceu no primeiro turno. Com 49,6% dos votos, ele disputará o segundo turno contra o peronista Leandro Santoro. A própria existência de um segundo turno é uma notícia ruim para os macristas, já que a CABA foi onde o grupo teve expressiva vitória em 2019.

Finalmente, o aspecto infeliz do pleito foi o comparecimento de 77,6% do eleitorado.

Embora seja um comparecimento razoável e até alto para muitos países, trata-se do menor comparecimento eleitoral argentino da redemocratização do país. Talvez efeito da crise econômica, talvez cansaço perante as opções políticas, talvez um pouco de ambos, mas uma notícia ruim para um país tido como bastante politizado.



Autor: Filipe Figueiredo é graduado em história pela USP, professor de política internacional, roteirista do canal Nerdologia e criador dos podcasts Xadrez Verbal e Fronteiras Invisíveis do Futebol, sobre política internacional e história. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Policial militar em operação especial em favela do Rio de Janeiro; ações regulares foram proibidas pelo Supremo | Foto: EFE

SEGURANÇA PÚBLICA

Como Witzel, STF e Lula ajudaram a piorar a crise de violência no Rio de Janeiro

Por Vinícius Sales

A onda de violência no Rio de Janeiro que teve como episódio mais recente o incêndio de 35

ônibus por criminosos interrompeu uma sequência de queda da criminalidade registrada nos últimos anos. Decisões equivocadas do ex-governador Wilson Witzel, o posicionamento supostamente leniente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ativismo do Supremo Tribunal Federal (STF) são apontados por analistas como fatores que colaboraram para estimular a espiral da violência na cidade.

De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), de 2019 até 2022, o estado do Rio viu o número de homicídios cair de 4.004 para 3.059, uma queda de quase 24%. No entanto, o primeiro semestre de 2023 já registrou 1.941 mortes, uma alta de quase 9% em relação ao mesmo período do ano passado (1.782).

Após assumir o Estado, em 2019, Witzel extinguiu a Secretaria de Segurança Pública do Estado, dividindo a responsabilidade da segurança entre a Secretaria Estadual de Polícia Civil e a Secretaria de Estado da Polícia Militar. Com a medida, o estado do Rio se tornou a única entidade da federação a não possuir uma pasta própria para a Segurança Pública.

De acordo com uma fonte da polícia carioca, a extinção da secretaria foi fruto da pressão do alto escalão da Polícia Militar no Executivo estadual após um suposto desequilíbrio na distribuição das gratificações dadas aos servidores. Funcionários da secretaria estariam recebendo bonificações maiores do que coronéis da PM.

Witzel disse na época que a Secretaria de Segurança nunca funcionou em lugar algum.

"Eu entendo que um secretário de Segurança Pública, muitas vezes, acaba se politizando e faz ali um trampolim para ser prefeito, deputado ou governador e acaba prejudicando o próprio trabalho das polícias", disse na ocasião.

Mas na prática a extinção da pasta gerou loteamento de cargos e a volta da interferência política nos quartéis e nas operações da polícia. Durante a Intervenção Federal de 2018, agentes federais descobriram que inúmeras operações policiais ficavam "na gaveta" devido à influência de políticos locais, segundo uma fonte que participou da investigação na época e pediu para não ser identificada. Investigações também mostraram que servidores que ocupavam cargos estratégicos da cúpula da

segurança do Estado serviam aos interesses de facções criminosas e foram exonerados.

Políticas de Lula e da esquerda favorecem o crime organizado, segundo analistas

A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é avaliada por especialistas como fator adicional no aumento da violência no Rio de Janeiro, embora não haja dados que comprovem a afirmativa. A postura do PT e da esquerda em defender políticas de desencarceramento e liberação das drogas passou um sinal para a criminalidade de que o atual governo seria mais leniente com a atividade criminosa.

“O Brasil vive uma crise de valores. Olha quantos criminosos foram libertados. Por exemplo: o Sérgio Cabral. Ele confessou os

crimes e foi solto. Esses criminosos fazem esse tipo de ataque [incêndio de ônibus] porque sabem que podem fazer. Olha o ânimo que os bandidos demonstraram com a eleição do presidente da República. Acha que isso não é consequência?”, diz o antropólogo e ex-capitão do Bope, Paulo Storani.

Ele afirmou ainda que o ambiente de criminalidade em que o Estado está inserido, com destaque para a impunidade desses criminosos, também afeta a capacidade da polícia em combater o crime organizado.

“Eles sabem que se o cara for pego e preso, vai ficar pouco tempo na cadeia. O problema da criminalidade é muito maior que a capacidade da polícia em deter esse ânimo. Como você vai fazer com o que o criminoso deixe de cometer

crime se ele é solto e volta a reincidir? Por melhor que política pública fosse, você tem um ambiente que atrai a pessoa para o crime.”

O deputado Delegado Palumbo (MDB-SP) afirmou durante o programa Assunto Capital, da **Gazeta do Povo**, que parlamentares governistas estariam impedindo a aprovação no Senado de um projeto de lei que tenta restringir a saída temporária de presos de instituições penitenciárias em datas festivas.

"O governo e seus aliados veem lógica no assalto, não veem problemas em roubar para tomar uma cervejinha, não querem aumentar a pena para punir quem mata crianças", disse.

"Eles [PT, PSOL e Rede] não querem nada que enrijeça penas, tire benefícios de criminosos,

porque dizem que eles são vítimas da sociedade. Vítima da sociedade é o trabalhador que está esperando um ônibus e é roubado, perde a vida", disse Palumbo.

Já o presidente Lula afirmou estar combatendo o crime organizado, mas atribuiu a violência no Rio de Janeiro à pobreza da população.

"Enquanto o povo sofrer, há uma possibilidade de crescimento do crime organizado. Tudo está ligado às condições de vida do povo", disse em uma live nesta semana.

O presidente também ligou a violência no Rio à política do ex-presidente Jair Bolsonaro que facilitou o acesso dos cidadãos às armas de fogo. Lula disse que as armas compradas legalmente iriam parar nas mãos de criminosos, mas não

apresentou qualquer evidência concreta para sustentar sua afirmação.

STF favoreceu facções ao impedir que policiais atuem no combate ao crime em favelas

A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, que ficou conhecida como ADPF das Favelas também provocou fortes impactos na segurança do estado. Em 2020, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e organizações não governamentais de esquerda pediram ao Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendesse operações policiais em favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia de covid-19, salvo em situações de emergência e com prévio aviso do Ministério Público.

A ação continua em andamento, mas operações estão sendo feitas nos casos emergenciais. Em 2022, os ministros decidiram que o Estado do Rio deveria entregar um plano de ação para reduzir a letalidade policial e violações de direitos humanos pelas forças de segurança. O Supremo também determinou restrições em buscas e apreensões nas casas dos moradores de favelas.

Na prática, a medida também dificultou o uso de helicópteros pela polícia. As aeronaves eram um fator tático decisivo que diminuía vantagens dos criminosos nos confrontos. Entre essas vantagens estavam a possibilidade de atirar do alto de lajes e de posições fortificadas contra a polícia.

Na avaliação de especialistas no tema, a Corte colocou a polícia em uma situação de insegurança jurídica. A problemática foi tema de audiência pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados.

Para o advogado constitucionalista André Rios, que é policial militar reformado, a decisão do Supremo permitiu que o crime organizado expandisse seu controle territorial em diversas favelas. Segundo ele, um indício disso é que facções criminosas teriam construído barricadas em áreas que anteriormente eram acessadas pelas forças policiais no patrulhamento regular, sem necessidade de grandes operações.

Ele disse que, em algumas favelas do Rio, os criminosos instalaram barricadas a seis quilômetros do centro da favela. "A polícia não pode operar condições normais", disse.

De acordo com ele, os criminosos teriam fortalecido sua presença e atividades nas áreas que foram delimitadas como proibidas para a polícia pela decisão do Supremo.

Ainda na audiência, o deputado estadual Marcelo Dino (União-RJ) alegou que a decisão do Supremo permitiu que a criminalidade transformasse o Complexo da Maré em local de treinamento para o tráfico. Neste mês, imagens obtidas pela polícia mostraram criminosos recebendo aulas de guerrilha em um complexo recreativo dentro do Complexo da Maré.

“Para resolver o problema do Rio de Janeiro, precisamos da ajuda do judiciário. É importantíssimo [...] O narcotráfico utiliza de subsídios da ADP 635 para realizar local de treinamento na Favela da Maré. Antigamente existiam os angolanos para fazer esse treinamento. Deixando a ideologia de lado, nós vemos a esquerda dizendo que eles são pobres coitados. Pobres coitados são os policiais e os cidadãos de bem”, disse.

Modelo de gestão criado em 2018 pode ser seguido sem intervenção federal

O aumento da violência no Rio também é explicado pela falta de políticas públicas pensadas para o longo prazo, como o endurecimento de penas para determinados crimes e modernização do sistema penal. Na

avaliação de Storani, a interferência do STF nas iniciativas do Congresso também devem ser consideradas.

“Faça uma pesquisa, por exemplo, de quantas ações de endurecimento da Lei de Execuções Penais e do Código Penal foram desqualificadas pelo STF. Além disso, precisamos de melhoria das condições das cadeias, retirar os benefícios concedidos pela Lei de Execução Penal, como progressão de regime e a famosa saidinha”, disse o antropólogo.

Já o ex-ministro e ex-interventor federal, Walter Braga Netto, ao ser questionado sobre como seria possível melhorar a segurança no Rio, sugeriu que um caminho possível foi traçado em 2018 pela Intervenção Federal.

“A questão de segurança pública precisa ser acompanhada de perto. Não dá para opinar estando de longe e sem acesso aos dados atuais. O que posso destacar foram as iniciativas e ações que acarretaram o sucesso dos resultados da intervenção federal, em 2018”, disse.

Segundo ele, a intervenção implantou um modelo de gestão que fortaleceu e integrou os órgãos policiais, valorizou os profissionais e viabilizou melhores condições de atuação para todas as instituições do setor de segurança pública. “As Forças Armadas e de segurança pública trabalharam integradas e possibilitaram que fosse conquistado um legado tangível e intangível”, disse

A intervenção de 2018 reverteu uma forte alta de violência como a que ocorre agora. O modelo de

gestão de segurança criado em 2018 foi pensado para ter continuidade sem a necessidade de se decretar nova intervenção no Rio.

A presença de soldados nas ruas simultaneamente à intervenção aconteceu porque o presidente da República à época, Michel Temer, havia decretado também o emprego das Forças Armadas para operações de Garantia da Lei e da Ordem no Estado. Ou seja, a presença dos militares no Rio em 2018 foi um fator complementar à ação principal de reformulação da política de segurança. O plano não foi adotado pelos governadores que foram eleitos posteriormente, mas ainda pode ser uma solução para os problemas atuais.



[Voltar ao índice](#)



Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, é um dos que fizeram decisões que mais chamaram a atenção de observadores internacionais defensores da liberdade de expressão. | Foto: EFE/André Borges

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Declaração de Westminster: manifesto contra a censura cita atuação do STF no Brasil

Por Eli Vieira

O apagão da liberdade de expressão no Brasil chamou atenção internacional. No dia 18, foi

publicada a Declaração de Westminster pela liberdade de expressão, com assinatura de 141 jornalistas, artistas, escritores, ativistas e acadêmicos de 21 países que denunciam a escalada de um “Complexo Industrial da Censura” pelo mundo, especialmente no novo contexto da expressão online. A nova censura usa de subterfúgio “termos mal definidos” como “discurso de ódio” e “desinformação”, diz o documento. Governos têm se envolvido em “roubar as vozes” dos cidadãos. Os signatários acusam “o legislativo da Alemanha e o Supremo Tribunal Federal do Brasil” (STF) de criminalizar “o discurso político”.

O STF é citado no contexto de outras incursões de governos sobre os limites da expressão, como iniciativas de autoridades na Índia e Turquia e projetos de lei da Irlanda, Escócia,

Reino Unido e Austrália. A declaração usa como fonte uma reportagem da Associated Press de janeiro deste ano que informa que o ministro Alexandre de Moraes “prende manifestantes com base em indícios fracos” e que está “banindo os apoiadores [de Bolsonaro] das redes sociais”.

Há diversidade de pensamento entre os signatários. O psicólogo conservador canadense Jordan B. Peterson assina ao lado do pensador marxista esloveno Slavoj Žižek. O jornalista cristão Peter Hitchens assina junto com o zoólogo ateu Richard Dawkins, ambos são britânicos. Constam também grandes nomes como a escritora ex-muçulmana Ayaan Hirsi Ali com seu marido, o historiador Niall Ferguson, o humorista John Cleese (Monty Python), o psicólogo Steven Pinker, os denunciadores de

espionagem de governos Julian Assange, Edward Snowden e Glenn Greenwald e os jornalistas brasileiros Ana Paula Henkel e Leandro Narloch. O nome da declaração veio da região de Londres em que o documento foi lido e assinado no final de junho.

A **Gazeta do Povo** conversou com alguns dos signatários. Michael Shellenberger, escritor bestseller, editor-chefe do jornal Public e um dos idealizadores da declaração, disse que foi preciso aplicar esforço para atingir a diversidade dos signatários. “Colocamos muito mais esforço em atrair pessoas da esquerda do que da direita”, comentou, “e isso me entristece”. A realidade é que hoje “a liberdade de expressão é codificada como conservadora”. Mas ele deixa claro que pessoas de esquerda

como Steven Pinker foram vozes com as quais ele sabia que podia contar.

Shellenberger é um dos jornalistas escolhidos por Elon Musk para cobrir os Twitter Files, arquivos internos da empresa que revelaram relações promíscuas entre governo, Big Tech e ONGs promovendo a remoção e rotulação de expressões dentro da lei que desagradavam essas elites durante a pandemia e as últimas eleições americanas.

Todos os jornalistas que cobriram os arquivos são signatários: Bari Weiss (ex-New York Times, agora no Free Press), Matt Taibbi (ex-Rolling Stone, agora no Racket) e Lee Fang (ex-Intercept, agora independente).

“Sabíamos que o Brasil seria importante desde o começo”, continua Shellenberger, “e fizemos questão de ter representantes do país que estavam sendo perseguidos, como a Ana Paula Henkel”. Durante a primeira leitura do texto em Londres, Henkel descobriu que era alvo de mais um processo no Brasil. O idealizador conta que os presentes ficaram tocados com a batalha da brasileira por seu direito de se expressar.

“Vimos que não é uma abstração, não é um mero exercício acadêmico. A vida de pessoas reais está em xeque”. Para a coalizão que se formou com os signatários, o caso de manter a liberdade de expressão no Brasil é “urgente, uma das maiores prioridades globais”, pois o país é um grande ator no cenário global.

Para o jornalista Leandro Narloch, estamos passando por um momento cíclico na história,

que foi visto há 100, 200 ou 300 anos: um lado censura outro, depois é alvo ele próprio de censura, até que ambos entrem em acordo sobre a importância de ser livre para se expressar.

“Muita gente da direita e da esquerda não entende que é preciso permitir mesmo discursos que a gente acha degradantes”, explica. “A liberdade de expressão funciona como um radar de idiotas. A partir dela, quando a gente vê pessoas defendendo o Hamas, diante de toda aquela crueldade, é muito fácil identificar os idiotas e se proteger deles. Se tiver censura, se organizam sem a gente saber quem são eles”. Ele acrescenta que o próprio Estado de Israel é um exemplo de uma visão mais livre da expressão, pois já entrevistou deputados do parlamento local (o Knesset) de origem árabe que manifestam abertamente que querem que

este Estado seja extinto. “Essa liberdade daria calafrios num Alexandre de Moraes”.

A jornalista americana Alex Gutentag, colaboradora do Public, diz ter testemunhado em sua carreira uma mudança de qual lado político se opõe mais à censura. Para ela, a inversão se fez presente e dramática durante a pandemia da Covid, “quando muitas pessoas de direita foram censuradas por opiniões desfavorecidas”.

Neste período, ela própria foi suspensa do Twitter por compartilhar dados sobre a vacina contra Covid da Pfizer para crianças. Para ela, é uma questão geracional, já que são os americanos mais jovens que favorecem a censura.

A guerra em curso desde o início do mês entre Israel e o grupo terrorista Hamas pode desacelerar a inversão, pois são estudantes de esquerda que tergiversam sobre a responsabilidade do Hamas ou até apoiam o grupo, atraindo contra si pedidos de censura e cancelamento. Gutentag pensa que não é sábio defender que eles provem do próprio veneno da cultura do cancelamento, “devemos todos tentar lembrar as coisas tolas e equivocadas que dissemos quando éramos estudantes universitários”.



[Voltar ao índice](#)



Soldados israelenses estão de guarda ao longo da fronteira entre Israel e Líbano, onde o grupo terrorista Hezbollah efetua ataques | Foto: EFE/EPA/ATEF SAFADI

GUERRA NO ORIENTE MÉDIO

“Podemos chegar a uma 3ª guerra mundial”, diz ex-soldado das Forças de Defesa de Israel

Por Isabella de Paula

Desde o início da guerra declarada de Israel contra o Hamas, o Irã tem se posicionado

fortemente contra a ação defensiva israelense, chamada pelo regime de "agressão do Estado judeu contra os palestinos".

A primeira manifestação surgiu três dias depois do ataque surpresa perpetrado pelo grupo terrorista, ocasião na qual o líder supremo do país persa, Ali Khamenei, afirmou estar orgulhoso da incursão da “juventude palestina”. Apesar disso, ele negou qualquer envolvimento nas hostilidades, mesmo sendo de conhecimento público que o Irã é o principal financiador da milícia atuante na Faixa de Gaza.

Novamente, a diplomacia iraniana se posicionou sobre o conflito, pedindo que os países islâmicos impusessem um boicote a Israel, com a expulsão de diplomatas e um embargo à venda de petróleo ao país. O anúncio

foi feito pelo ministro das Relações Exteriores, Hossein Amir-Abdollahian.

Em sua fala, o diplomata alertou que "o tempo está se esgotando para uma solução política entre os lados", ameaçando a entrada do chamado "Eixo da Resistência" no combate com "ações preventivas", caso os "crimes de guerra contra os palestinos não sejam cessados".

As declarações surgem em um momento de possível escalada do conflito, diante da iminente entrada terrestre das Forças de Defesa Israelenses (FDI) em Gaza e dos ataques iniciados pelo Hezbollah pela fronteira norte de Israel com o Líbano.

Nesta sexta-feira (20), o governo israelense iniciou a evacuação dos residentes de Kiryat Shmona, uma cidade próxima da fronteira com o território libanês.

O que é o Eixo da Resistência?

O Eixo da Resistência é uma aliança não-oficial de influência, liderada pelo Irã, na qual participam grupos declaradamente contrários aos EUA e Israel no Oriente Médio.

A grande maioria dos aliados são milícias xiitas como o grupo libanês Hezbollah, os Houthis no Iêmen, a Jihad Islâmica em Gaza, além de outras associações no Iraque, Afeganistão e Paquistão. Apesar de também ser listado no eixo, o Hamas surgiu de um movimento sunita.

Em entrevista à emissora britânica BBC, a diretora do Middle East Institute, Lina Khatib, explicou que essa influência foi construída a partir de uma série de conflitos na região, como as guerras civis na Síria e no Iêmen, bem como nas disputas do Estado Islâmico no Iraque.

Segundo ela, essas milícias são financiadas pelo Irã para “promover os objetivos políticos do regime” nos países onde estão sediadas e em um plano regional.

O idealizador dessa rede de influência foi Qasem Soleimani, ex-comandante da Força Quds, uma divisão importante da Guarda Revolucionária do Irã.

Essa unidade de elite é responsável pelas ações militares das forças iranianas fora do país. Por

meio da Quds, o governo de Teerã realiza parcerias com grupos e milícias em outros países islâmicos, financiando treinamentos militares, bem como ofertando munições e armas para os ataques terroristas que visam a derrubada de governos e tomada de território não reconhecidos pelos rebeldes.

Isso aconteceu na guerra civil da Síria, em 2011, ocasião na qual o Irã enviou soldados ao país em apoio ao presidente Bashar al-Assad contra a revolta armada instaurada no território. Na ocasião, milhares de militantes xiitas foram armados para defender o governo aliado de Teerã.

Assim que assumiu a Quds, em 1998, Soleimani teve como principal objetivo ampliar a influência do Irã no Oriente Médio, em busca da

formação de uma liderança iraniana na região. Para isso, aliciou grupos rebeldes com pensamentos radicais próximos do regime xiita e que fossem leais a sua autoridade.

Nesse contexto, acredita-se que tenha surgido o financiamento de grupos terroristas como o Hezbollah, no Líbano, e o Hamas, em Gaza.

Outro exemplo aconteceu no Iraque, onde a ação do regime iraniano foi projetada para derrotar o Estado Islâmico. O primeiro projeto do eixo da resistência, idealizado por Soleimani, armou e preparou as Forças de Mobilização Popular (FMP) para derrotar o ISIS, que perdeu muita força nos últimos anos, mas continua a realizar ataques esporádicos, principalmente na Europa e África.

O grupo terrorista Boko Haram é um dos braços do Estado Islâmico na Nigéria, país tomado pela violência, principalmente contra cristãos, que são sequestrados e mortos após invasões em comunidades locais.

Em 2019, o governo americano classificou a Guarda Revolucionária do Irã e a Força Quds como organizações terroristas estrangeiras.

Soleimani foi morto pelos EUA em 2020 após ser atingido em um ataque aéreo enquanto saía do aeroporto de Bagdá, capital do Iraque. O episódio aconteceu durante o governo de Donald Trump.

Apesar da morte do idealizador, o Eixo da Resistência continua a atuar no Oriente Médio e é uma ameaça ativa na guerra Israel-Hamas.

Uma das provas disso foi a visita do presidente dos EUA, Joe Biden, a Israel.

O país enviou dois grupos de porta-aviões para o Mediterrâneo Oriental, posicionados próximos ao Irã, com o objetivo de “mandar uma mensagem” ao país, caso este decida se envolver diretamente no conflito ou enviar algum aliado, como o vizinho do território israelense, o Hezbollah.

A milícia libanesa Hezbollah

O Hezbollah é uma milícia xiita criada na década de 1980 durante a guerra civil do Líbano, um conflito marcado pela disputa territorial entre cristãos e muçulmanos no país.

Em árabe, o nome do grupo significa “Partido de Deus”. Entre seus objetivos, assim como o Hamas, está a destruição do Estado judeu.

No Líbano, ele atua em duas frentes: como um partido político xiita, com poder de veto no Executivo, e um grupo paramilitar financiado pelo Irã, que mantém popularidade entre a parcela da população libanesa xiita. A grande liderança do Hezbollah é Hassan Nasrallah.

Oficialmente, a milícia surgiu em 1985 após a publicação de uma "carta aberta", na qual declarava que as duas potências do mundo à época, EUA e União Soviética (URSS), eram seus principais inimigos. O documento divulgado pelo grupo também coloca o Estado judeu como alvo de destruição.

Um novo manifesto foi elaborado em 2009, assim que a organização conquistou 10 cadeiras no Parlamento do Líbano. Diferentemente do documento antigo, o Hezbollah desistiu de defender a criação de uma república islâmica, no entanto manteve a “linha-dura” frente a Israel e os EUA.

O grupo é classificado como uma organização terrorista pelos EUA, Israel, União Europeia e alguns países da Liga Árabe.

Em entrevista à **Gazeta do Povo**, o brasileiro Gabriel Schorr, que foi soldado nas Forças de Defesa israelenses por 23 anos e já atuou em missões dentro de Gaza três vezes, disse que o Hezbollah é o único grupo terrorista classificado por Israel como um exército.

“A milícia é considerada ‘a filha preferida’ do Irã. É um grupo mais preparado e que possui mais contingente do que o Hamas. É a única organização considerada um exército terrorista pela Defesa de Israel. Eles possuem veículos blindados, drones que são muito usados pelos russos na guerra contra a Ucrânia, e um preparo e financiamento maior do que o Hamas, em Gaza”, afirmou.

O ex-soldado da FDI explica que a grande parcela de grupos terroristas islâmicos foi criado pelo regime iraniano. “Temos diversos grupo patrocinados pelo Irã no Oriente Médio. O Hezbollah, como o principal deles, é a ‘frente iraniana na fronteira com Israel’. Sabemos que os soldados e os foguetes iranianos, caso fossem lançados de Teerã, não teriam alcance até Israel, então houve um investimento no

Líbano para a formação da milícia aliada, como se o território vizinho fosse o Irã ao lado do Estado de Israel”.

Com os ataques já iniciados pela milícia libanesa contra o território israelense, poucos dias depois do ataque do Hamas, e a iminente entrada do Exército de Israel em Gaza, há uma possibilidade de que o Hezbollah entre diretamente no conflito.

“Com a possível escalada do conflito, assim que Israel entrar por terra na Faixa de Gaza, as chances do Hezbollah intervir são grandes, mas não de imediato. Os terroristas devem esperar alguns dias, cerca de dez, pensando em uma estratégia de ataque, já que os soldados israelenses estarão mais cansados e são previstas baixas militares”.

O especialista destaca que o grupo também deve aguardar certos resultados antes da intervenção. “Caso percebam que seja o fim, uma derrota do Hamas, eles vão lançar foguetes em Israel, provocar um terror no país”, afirmou.

Schorr não acredita em uma intervenção direta dos EUA na guerra. No entanto, o envio de porta-aviões para o Mar Vermelho, em frente ao Irã, é uma estratégia do Estado americano para “comunicar” ao regime iraniano a presença de aliados do lado israelense.

“Biden enviou dois porta-aviões para a região. Isso mostra que há presença militar americana ao lado de Israel, com esperança de pressionar o Irã e evitar um ataque do Hezbollah. Não tenho

certeza se isso funciona, você não consegue falar inglês no mundo árabe”, disse.

Como a guerra pode escalar?

Para o ex-combatente brasileiro, há três principais projeções para a escalada da guerra. Na primeira hipótese, Israel entra em Gaza, com o objetivo de destruir o Hamas e sua influência na região, sem que o Hezbollah crie outra frente de guerra. “Nas vezes em que lutei em Gaza, o objetivo nunca foi acabar com o Hamas, mas sim reduzir as ações terroristas na região, nunca houve uma missão com esse objetivo, até o momento, porque havia esperança do grupo que controla Gaza abrir espaço para um diálogo futuro”.

Segundo ele, essa missão duraria meses e necessitaria do preparo tanto de militares quanto de civis, na evacuação para abrigos. “Há um interesse duplo nessa hipótese: evitar ao máximo ter contato com inocentes e ter liberdade de atingir os locais estratégicos do Hamas”.

Em uma segunda projeção, Israel se defenderia da milícia libanesa na fronteira norte. Schorr se refere ao Hezbollah como “a próxima guerra” que o país enfrentará.

“Nós temos conhecimento dos centros de treinamento e arsenal do Hezbollah. Nessa possibilidade, o Exército israelense poderia tirar uma vantagem bélica, não sei dizer se os caças americanos participariam oficialmente do combate. Acho que os EUA agiriam no

fornecimento de munição, informação, equipamentos, interceptação, mas nada diretamente”.

Já a terceira opção apresentada por Schorr é a escalada mundial do conflito, provocando uma Terceira Guerra Mundial, onde todas as potências entram na disputa.

“Nessa hipótese, o Irã instigaria suas alianças informais com milícias terroristas na Síria, no Iêmen, e outras partes do Oriente Médio a cometerem atentados contra embaixadas israelenses e americana, o que já vemos acontecendo, e a matar judeus. Espero que não chegue a isso, alguns chamariam essa nova escalada de terceira guerra mundial. Essas ações mobilizariam líderes ocidentais para cá. Todos

sabem que o limite entre essas três opções é muito fino”, disse o especialista.

O ex-soldado destaca que não vê uma revolta oficial de países islâmicos contra Israel.

“Acredito que os países não se juntariam ao conflito, oficialmente, mas a ação ocorreria por meio dessas formações aliadas independentes, lideradas pelo Irã”.



[Voltar ao índice](#)



O jovem Carlo Acutis (1991-2006) foi beatificado em 2020 | Foto: Acervo/Família

ESTRADA PARA O CÉU

Beatificação de Carlo Acutis é tema de dois filmes disponíveis no Brasil

Por Erich Thomas Mafra

A Eucaristia, um importante sacramento na Igreja Católica, existe para lembrar a morte e a ressurreição de Jesus. Apenas pessoas que

confessaram seus pecados podem receber a hóstia e o vinho, que representam neste rito o corpo de Cristo na cruz e seu sangue derramado, respectivamente. Para o jovem Carlo Acutis, morto aos 15 anos, em 2006, ela era um acontecimento central em sua vida e importante elemento que o encaminhou à beatificação em 2020. A bela trajetória até a condição de beato é contada em dois documentários recentes, um em cartaz nos cinemas e outro disponível no streaming.

O primeiro, *O Céu Não Pode Esperar*, chegou a 200 salas espalhadas pelo Brasil neste mês e apresenta um formato mais despojado, alternando depoimentos reais com dramatizações da vida de Acutis. Já o segundo, *Estrada para o Céu*, foi lançado pela plataforma de vídeos Lumine, em 2020, oferecendo uma

versão mais sóbria e direta da história. Mesmo que este seja mais simples na execução e não tenha uma edição perfeita, é uma ótima introdução à história daquele que pode se tornar o santo mais jovem da Igreja.

Acutis nasceu em Londres, mas cresceu na Itália, onde viveu como um garoto comum. Estudava, trocava piadas internas com amigos e adorava computadores. Mas, como muitos entrevistados apontam, sua fé sempre foi enorme e um grande diferencial para sua faixa etária. Essa característica até hoje impressiona párocos e familiares, que oferecem depoimentos sobre o beato no longa-metragem da Lumine.

A todos os próximos, sempre dizia: "a Eucaristia é a minha autoestrada para o céu".

Um exemplo de sua grande fé neste sacramento vem de uma história contada por seu pai, Andrea Acutis. Ele ofereceu a seu filho uma viagem a Jerusalém, mas ouviu um não como resposta. Para o jovem, era possível encontrar “Jesus a todo momento” no sacrário das Igrejas em Milão. “Temos Jerusalém perto da nossa casa”, teria dito.

Padroeiro da internet

Cada vez mais apaixonado por sua religião e por tecnologia, Acutis decidiu usar seus conhecimentos para criar um site que compilasse todos os milagres que já aconteceram ao redor do mundo. Chamado *Miracoli Eucaristici* (milagres eucarísticos, em tradução), o trabalho ainda está no ar com o

mesmo design pensado por ele e com suporte para mais de 18 línguas, incluindo o português.

Pouco depois da criação desse portal, Acutis faleceu após uma luta breve e intensa contra a leucemia, tornando-se um ícone religioso contemporâneo. Muitos intercediam pela beatificação dele logo após a morte, mas o ponto de virada para que isso ganhasse ainda mais força se deu em 2010.

Durante uma missa para Nossa Senhora Aparecida, celebrada no dia 12 de outubro, uma peça de roupa com seu sangue ficou exposta na Paróquia São Sebastião em Campo Grande (MS), no Brasil. Na ocasião, um avô desesperado com a doença do neto, que sofria com pâncreas anular, fez a criança tocar no vestuário e ela foi curada. O caso chegou até a Igreja e foi

considerado um milagre, resultando na beatificação daquele que ficou conhecido como o “padroeiro da internet”, em 2020.

Seja no longa dos cinemas ou na opção no streaming, a história de Acutis está bem contada e deve emocionar muita gente, independentemente do grau de conhecimento sobre o jovem. A devoção do beato e seu amor pela humanidade continuam impressionando mesmo 17 anos depois de sua morte.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Guiana diz que referendo da Venezuela sobre anexação ameaça segurança de todo o Caribe](#)
- [Surpresas para o contribuinte: reforma terá mais de 40 pontos definidos só após a PEC](#)
- [Congresso põe subsídios, Itaipu e dinheiro do petróleo para bancar hidrogênio verde](#)
- [Flávio Dino acumula 4 pedidos de impeachment após embates com a oposição](#)
- [Em análise no Congresso, proposta para reverter decisões do STF foi descartada em Israel](#)
- [Bancada “invasão zero” e CPIs estaduais surgem para fazer frente ao MST](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Glaydson Donadia e Marcela Mendes. Estagiária: Maria Eduarda Souza Mendes. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice